

## **AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 009/2024, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

### **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 054/2024**

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Amontada para o exercício financeiro de 2025.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE AMONTADA, ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais. Faço saber que a Câmara Municipal de Amontada aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS**

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Amontada para o exercício financeiro de 2024, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025 - Lei Municipal nº. 1.596, de 17 de julho de 2024, e do art. 165, § 5º da Constituição Federal, compreendendo:

- I. O Orçamento Fiscal referente aos poderes do Município, Órgãos, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.
- II. O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos a ele vinculados e Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

**Parágrafo Único** – Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

- I. Demonstrativo das receitas por fontes e despesas por função;
- II. Demonstrativo das receitas por fontes e despesas por usos;
- III. Demonstração da receita e despesa segundo a categoria econômica;
- IV. Receita segundo as categorias econômicas;
- V. Demonstrativo da Legislação da Receita;
- VI. Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- VII. Demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas;
- VIII. Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;
- IX. Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas conforme Vínculo dos Recursos;
- X. Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- XI. Relação de Projetos e Atividades.

## **TÍTULO II**

### **DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º O orçamento fiscal e da seguridade social do Município, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de maio de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma das despesas autorizadas acrescida da reserva de contingência.

Art. 3º A Receita Orçamentária, que decorrerá da arrecadação de tributos próprios, contribuições, serviços prestados, transferências estaduais e federais e demais receitas correntes e de capital conforme a legislação vigente é estimada em **R\$ 300.000.000,00** (trezentos milhões de reais), discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

<b>FONTES</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>283.301.000,00</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>15.048.000,00</b>
<b>Contribuições</b>	<b>8.581.000,00</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>2.068.000,00</b>
<b>Receita de Serviços</b>	<b>2.377.000,00</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>254.165.000,00</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.062.000,00</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>20.700.000,00</b>
<b>Alienações de Bens</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>20.500.000,00</b>
<b>Receitas Correntes – Intra-Orçamentária</b>	<b>14.129.000,00</b>
<b>Contribuições – Intra-Orçamentária</b>	<b>14.050.000,00</b>
<b>Receita de Serviços – Intra OFSS</b>	<b>73.000,00</b>
<b>Outras Receitas Correntes – Intra OFSS</b>	<b>6.000,00</b>
<b>Deduções</b>	<b>-18.130.000,00</b>
<b>Deduções</b>	<b>-18.130.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>300.000.000,00</b>

Art. 4º A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do anexo que é parte integrante desta Lei.

## CAPÍTULO II

## DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita total, fixada em **R\$ 300.000.000,00** (trezentos milhões de reais), é desdobrada nos seguintes conjuntos:

- I. Orçamento Fiscal, em **R\$ 205.355.750,00** (duzentos e cinco milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais) e
- II. Orçamento da Seguridade Social, em **R\$ 94.644.250,00** (noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais).

## CAPÍTULO III

### DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 6º A despesa total, fixada à conta dos recursos previstos, segundo a discriminação dos quadros programa de trabalho e natureza da despesa, integrantes desta Lei, apresenta por órgãos, o desdobramento abaixo:

ÓRGÃO	VALOR (R\$)
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças	8.933.500,00
Gabinete do Prefeito	3.555.770,00
Controladoria Geral do Município	770.000,00
Secretaria de Infraestrutura	23.826.000,00
Secretaria de Agricultura e Pesca	3.583.000,00
Secretaria da Juventude e Esporte	1.689.000,00
Secretaria de Ouvidoria e Articulação Governamental	635.000,00
Secretaria de Saúde	90.000.000,00

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento social	10.370.000,00
Autarquia do Meio Ambiente de Amontada	834.000,00
Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte Rodoviário	2.116.000,00
Departamento da Guarda Municipal	543.000,00
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	4.610.000,00
Instituto de Previdência dos Servidores do Município	15.200.000,00
Secretaria do Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura	5.793.000,00
Secretaria de Educação	110.647.750,00
Câmara Municipal de Amontada	7.806.980,00
Reserva de Contingência	9.087.000,00
<b>Total</b>	<b>300.000.000,00</b>

## **CAPÍTULO IV**

### **DA APRESENTAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO**

#### **Seção I**

##### **Da Classificação Orçamentária**

Art. 7º A despesa autorizada, apresentada por órgão e unidade orçamentária, será disposta em dotações orçamentárias atribuídas a créditos orçamentários, organizados pela classificação da despesa funcional, de estrutura programática e natureza da despesa até o menor nível de classificação.

#### **Seção II**

##### **Da Autorização Para Abertura de Créditos Suplementares**

Art. 8º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

- I. Utilizando-se a fonte de recurso prevista no inciso I do § 1º e § 2º do Art. 43 da Lei nº. 4.320, de 17 de

março de 1964, denominadas superávit financeiro, até o limite da diferença entre o ativo e o passivo financeiro apurado no Balanço Patrimonial Consolidado no exercício de 2024;

- II. Utilizando-se a fonte de recurso excesso de arrecadação representado pelo total positivo das diferenças acumuladas, mês a mês, entre a arrecadação prevista e a efetivamente realizada até o encerramento do mês anterior à abertura do crédito adicional suplementar, considerando-se sempre a fonte de recurso que está apresentada o excesso de arrecadação, conforme inciso II do § 1º e § 3º e 4º, do Art. 43, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e do art. 8º parágrafo único, da Lei Complementar nº. 101/2000;
- III. Utilizando-se como fonte de recursos compensatórios a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais referidos no inciso III, do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da despesa autorizada para o Poder Executivo.
- IV. Utilizando-se como fonte de recursos provenientes de Operações de Crédito Internas e Externas, em conformidade com o previsto no inciso IV, do § 1º, art. 43, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite dos respectivos contratos, respeitadas as

condições estabelecidas nas Resoluções nº. 40 e 43  
do Senado Federal.

Parágrafo primeiro. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, exclusivamente no âmbito das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, unicamente utilizando-se a fonte de recurso descrita no art. 43, § 1º, III da Lei nº. 4.320/1964, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento do Poder Legislativo.

Parágrafo Segundo. O limite estabelecido no parágrafo primeiro deste artigo, não se confunde com o limite estabelecido no inciso III do caput deste artigo, o qual se refere apenas ao Poder Executivo.

## **CAPÍTULO V**

### **AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, atendidas as disposições contidas nos arts. 32 e 38 da Lei Complementar nº. 101/2000 e Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

Parágrafo Único – O Poder Executivo, ao realizar operações de crédito, dará ciência à Câmara Municipal do montante da respectiva operação, bem como da capacidade de endividamento do Município.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10 O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário e nominal, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025.

Art. 11 Através de Decreto, até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei Orçamentária, o chefe do Executivo Municipal estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias, conforme art. 8º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 12 Através de Decreto, até o dia 30 de dezembro de 2024, o Chefe do Poder Executivo estabelecerá o Detalhamento da Despesa Orçamentária para o exercício financeiro de 2025.

Art. 13 Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2025.

Art. 14 Revoga-se a partir de 31 de dezembro de 2024, a Lei Municipal nº. 1.534, de 24 de outubro de 2023.

Câmara Municipal de Amontada/CE, 04 de novembro de 2024.

**PAULO BERG**

**MELGACO:** [REDACTED]

Assinado de forma  
digital por PAULO BERG

MELGACO: [REDACTED]

0

**Paulo Berg Melgaço**

Presidente do Poder Legislativo